

CEBAS Assistência Social: análise de indicadores selecionados de monitoramento e avaliação

Tabela de indicadores



Expediente

Presidente

Betânia Peixoto Lemos

Diretora-Executiva

Natália Teles da Mota

Diretor de Altos Estudos

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Educação Executiva

Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Desenvolvimento

Profissional

Braulio Figueiredo Alves da Silva

Diretora de Inovação

Camila de Castro Barbosa Medeiros

Diretor de Gestão Corporativa

Lincoln Moreira Jorge Junior

Coordenadora-Geral de Avaliação e Organização de Evidências

Tamille Sales Dias

Capa e Diagramação

Equipe EvEx

Imagens

Unsplash

Autoria

Ana Karolina Acris de Melo

Diego Menezes dos Santos Pinheiro

Lorenzo Luiz Bianchi

Fernanda Borges Serpa

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Para mais informações, consulte nossa página

[www.enap.gov.br/pt/servicos/avaliacao-](http://www.enap.gov.br/pt/servicos/avaliacao-eorganizacao-de-evidencias)

[eorganizacao-de-evidencias](http://www.enap.gov.br/pt/servicos/avaliacao-eorganizacao-de-evidencias)

ou entre em contato:

evidencia.express@enap.gov.br

O Evidência Express (EvEx) é uma iniciativa da Diretoria de Altos Estudos da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). A missão do EvEx é gerar evidências para informar a tomada de decisão no setor público.

Para isso, a equipe sintetiza, produz e analisa dados que possam servir de base para o desenho, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

Os relatórios produzidos pelo EvEx agilizam a geração de conhecimento voltado para desafios públicos, seguindo três premissas fundamentais: engajamento com pessoas gestoras públicas, tempestividade e tradução do conhecimento. Os produtos EvEx podem subsidiar análises ex ante, avaliações ex post ou Análises de Impacto Regulatório, além de beneficiar gestoras públicas subnacionais, pesquisadoras, docentes, servidoras e demais interessadas da sociedade civil.

Os produtos EvEx podem analisar dados qualitativos e quantitativos, sobre:

- Evolução do problema no Brasil e no mundo;
- Público-alvo de uma política;
- Causas e consequências do problema ou política;
- Soluções existentes para o problema;
- Impactos de intervenções ou políticas públicas.

Projeto financiado pela parceria Enap e Secretaria de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), no âmbito das avaliações do ciclo 2024 do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Governo Federal (CMAP)

Forma sugerida para referenciar este documento: MELO, A.; PINHEIRO, D.; BIANCHI, L.; SERPA, F. CEBAS Assistência Social: análise de indicadores selecionados de monitoramento e avaliação. In: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Relatório de pesquisa, Evidência Express. Brasília: Enap, 2025. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6939>. Acesso em: dd mmm. aaaa

Sumário

1	Introdução	5
2	Importância dos Indicadores	7
3	Definição de Indicadores do Modelo Lógico	9
4	Viabilidade de cálculo dos indicadores	14
4.1	Alterações sugeridas aos indicadores	14
4.2	Desafios identificados	17
5	Considerações Finais	18
	Referências Bibliográficas	19
	Apêndice 1	21
	Apêndice 2	23

Sumário Executivo

Introdução: A Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS) é uma certificação concedida pelo Estado brasileiro a entidades privadas sem fins lucrativos que atuam na oferta de serviços de assistência social. Vinculado aos Ministérios da Educação, Saúde e Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, essa certificação é destinada a reconhecer o funcionamento de uma organização enquanto entidade beneficente e garante que a instituição certificada possa usufruir de benefícios fiscais. Este estudo se insere no âmbito da avaliação do CEBAS conduzida pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) no ciclo 2024, com o objetivo de revisar a lógica de atuação do fundo, examinar sua efetividade recente e analisar a viabilidade de monitoramento dos resultados por meio de indicadores.

Método: Para avaliar a viabilidade dos indicadores, foi proposta a aplicação de uma ficha padronizada para sua catalogação, baseada no conjunto de requisitos e propriedades apontados por (1). A ficha catalográfica aplicada buscou organizar, complementar e detalhar informações sobre as fontes, periodicidade de apuração, formas de cálculos, interpretação e comparabilidade, além de outras informações relevantes. Essas informações foram coletadas por meio de registros de oficinas, dicionários e metadados das bases de dados apontadas ou sugeridas pelos pesquisadores deste estudo.

Resultados: Dos 61 indicadores propostos nas oficinas de construção do modelo lógico, oito foram excluídos a partir da manifestação da equipe técnica a proposta inicial, cinco foram excluídos por apresentarem sobreposição conceitual com outros indicadores listados. Para dois, foi sugerida reformulação para adequação em sua metodologia, conforme recomendações da equipe gestora da política. A tabela resultou em um conjunto de 47 indicadores.

Conclusão: O processo de sistematização de indicadores de monitoramento da CEBAS – Assistência Social apresenta desafios relacionados à restrição de acessos a dados e à disponibilidade de informações detalhadas. O presente estudo buscou qualificar e organizar os indicadores propostos para política, contribuindo para consolidar os esforços e aprofundar o entendimento sobre fontes, limitações e potencial analítico das métricas.

1. Introdução

Com o objetivo de assegurar a continuidade e a ampliação da oferta de serviços sociais gratuitos, promovendo a cooperação entre o Estado e as organizações do terceiro setor, a Constituição Federal, em seu artigo 195, § 7º, prevê a imunidade das entidades beneficentes de assistência social à cobrança de contribuições destinadas à seguridade social, desde que cumpram determinadas exigências legais.

Essa imunidade foi recentemente atualizada pela Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que define os critérios para a certificação dessas entidades e os procedimentos relativos à isenção das contribuições sociais. Complementarmente, o Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, regulamenta a Lei e detalha os trâmites para a obtenção e renovação da certificação — instrumento que reconhece oficialmente o papel público desempenhado por essas organizações e as habilita a usufruir dos benefícios fiscais previstos em lei. O Decreto também estabelece exigências específicas para entidades que atuam nas áreas de assistência social, saúde e educação (2, 3). Esse processo é conhecido como Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

Para fazer jus à imunidade tributária prevista constitucionalmente, as entidades beneficentes devem obter a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedida pelo poder público federal por meio de um dos ministérios responsáveis pela política pública majoritariamente executada pela entidade: o Ministério da Saúde (MS), o Ministério da Educação (MEC) ou o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), no caso de instituições que atuam na área de assistência social. A escolha do ministério competente é determinada com base na natureza predominante das ações desenvolvidas, conforme os critérios fixados no art. 6º do Decreto nº 11.791/2023.

O pedido de certificação deve ser protocolado exclusivamente por meio eletrônico, respeitando os prazos, documentos e exigências formais estabelecidos pela legislação e pelos sistemas próprios de cada pasta. O deferimento do requerimento implica no reconhecimento da finalidade pública da entidade e em sua habilitação para gozar da imunidade das contribuições sociais previstas nos incisos I a III do caput do art. 195 da Constituição Federal, conforme os parâmetros da legislação complementar vigente.

O processo de obtenção da certificação envolve três etapas principais: requisição, análise e decisão. Para iniciar o pedido, é necessário apresentar um conjunto de documentos que comprovem a natureza das atividades desenvolvidas e a estrutura organizacional da entidade. No caso de instituições da assistência social, é obrigatória a apresentação do Cadastro Nacional de Entidades da Assistência Social (CNEAS) atualizado. A fase de análise consiste na verificação administrativa da documentação,

podendo incluir diligências complementares, e resulta em um parecer técnico favorável ou desfavorável. A decisão final é publicada no Diário Oficial da União e está sujeita a recurso. A certificação tem validade de três anos, podendo ser renovada conforme as regras já mencionadas (CEBAS).

A solicitação e a continuidade da certificação dependem ainda da entrega de documentos contábeis que comprovem a regularidade fiscal da entidade e a correta aplicação dos recursos públicos. Nesse contexto, destaca-se a norma técnica ITG 2002 (R1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estabelece diretrizes contábeis específicas para entidades sem fins lucrativos. Essa norma abrange aspectos como o reconhecimento e avaliação das transações, variações patrimoniais, a estrutura das demonstrações contábeis e os mínimos obrigatórios a serem divulgados em notas explicativas (4).

Estudos recentes reunidos na síntese de evidências produzida pelo Evidência Express (EvEx) buscaram avaliar a conformidade das entidades no âmbito das normas contábeis vigentes (ITG 2002 ou NBC T 10.19 e o Decreto nº 2.536/98). Os estudos identificaram um baixo percentual de atendimento das entidades às normas contábeis e falta de padronização na evidenciação contábil (5).

Atualmente, o CEBAS Assistência Social está sendo avaliado no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), formado por representantes do Ministério do Planejamento e Orçamento, Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e da Controladoria-Geral da União. A avaliação contempla análises do problema motivador da política, de seu desenho e implementação, dos resultados e impactos esperados e alcançados, bem como das estruturas de governança, despesas orçamentárias ou subsídios envolvidos, e recomendações para seu aprimoramento.

Na etapa de análise do desenho da política, é elaborado um modelo lógico com o intuito de revisitar a lógica de ação pública no alcance dos resultados esperados, elencando um conjunto de indicadores para o acompanhamento das diferentes dimensões dessa atuação. O presente trabalho, conduzido pela equipe do Evidência Express, tem como objetivo revisar os indicadores elaborados em oficinas colaborativas entre a equipe avaliadora e a equipe gestora da política, complementando as informações sobre a viabilidade de cálculo e comentando atributos e definições de cada métrica. Para isso, serão recuperados referenciais teóricos relevantes e apresentada uma tabela-síntese com as informações necessárias ao monitoramento dos indicadores propostos no modelo lógico.

O Evidência Express é um serviço de resposta rápida em evidências disponível para órgãos públicos interessados em reunir informações para subsidiar processos de políticas públicas. O presente produto é resultado de um exercício, de natureza rápida, para complementação da atividade desempenhada pelo grupo avaliador da política.

2. Importância dos Indicadores

Os principais referenciais teóricos utilizados no trabalho, ligados às atividades de monitoramento e avaliação de políticas públicas, foram (1, 6), e os Guias Práticos de Análise Ex Ante e Análise Ex Post da Casa Civil (7, 8). Os textos apontam para a importância do esforço contínuo e sistemático de atividades de monitoramento de uma política pública, sendo essencial compreender as especificidades do monitoramento e da avaliação, bem como o papel desempenhado pelos indicadores em cada uma dessas funções.

O monitoramento se caracteriza por um exame contínuo dos processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas. Trata-se de um processo padronizado, realizado pelo próprio órgão executor e baseado na coleta rotineira de dados para verificar se os resultados estão sendo alcançados conforme o planejado e tomar decisões corretivas (7).

A avaliação, por sua vez, é uma atividade de reflexão crítica e objetiva, idealmente sistemática, integrada e institucionalizada nos processos de políticas públicas, que busca identificar oportunidades de aprimoramento da política pública, com vistas ao melhoramento de processos, resultados e da gestão, considerando aspectos como a forma como a política está sendo implementada, seus efeitos desejados e adversos, os principais stakeholders, resultados e impactos mensurados (8).

Enquanto o monitoramento fornece dados essenciais para a gestão operacional, a avaliação permite a aprendizagem estratégica e o aprimoramento das decisões políticas. Ambos os processos se complementam e, quando bem integrados, fortalecem a gestão pública. No entanto, para que indicadores apoiem adequadamente essas funções, é necessário que estejam inseridos em conjuntos coerentes e balanceados, com validade de conteúdo, representação proporcional dos aspectos relevantes da política e ausência de redundâncias ou lacunas (9). Além disso, indicadores mal formulados ou mal utilizados podem induzir comportamentos disfuncionais ou interpretações equivocadas (10), motivo pelo qual o desenho de sistemas de monitoramento e avaliação deve considerar critérios técnicos, éticos e contextuais desde sua concepção.

Nessa linha, aprimorar a definição de um conjunto de indicadores é tarefa central para esse acompanhamento. Os indicadores são considerados instrumentos essenciais para subsidiar a formulação, implementação e avaliação das políticas, oferecendo uma base empírica para a tomada de decisão e permitindo ajustes na política conforme os resultados observados (6). Isso ocorre porque os indicadores representam a tradução operacional dos objetivos das políticas públicas, permitindo acompanhar de forma sistemática o progresso em relação às metas estabelecidas no modelo lógico (7) e possibilitando que a sociedade civil e demais stakeholders acompanhem, fiscalizem e cobrem

melhorias na implementação das políticas públicas, reforçando assim a confiança na gestão pública e a legitimidade democrática das ações governamentais (8).

3. Definição de Indicadores do Modelo Lógico

A definição do quadro de indicadores em uma avaliação do CMAP é obtida a partir do desenho do modelo lógico, fundamentado em discussões realizadas entre as equipes avaliadoras e as equipes responsáveis pela gestão das políticas avaliadas, a fim de auxiliar a construção e análise da teoria do programa (7, 8). Esses indicadores são associados aos componentes do modelo lógico proposto – insumos, processos, produtos, resultados e impactos. Para a análise da viabilidade de cálculo desses indicadores, são também caracterizados quanto a sua dimensão funcional dentro do componente do modelo lógico, periodicidade, fonte das informações e outras informações relevantes. Como resultado das oficinas realizadas no contexto da avaliação do CEBAS Assistência Social, foram estruturados 61 indicadores como fontes de informação para o acompanhamento do programa, abaixo agrupados por componente do modelo lógico:

Indicadores de Insumos são aqueles que mensuram os recursos financeiros, humanos e institucionais alocados para a execução de uma política (7). Essa categoria de indicadores reflete a disponibilidade e necessidade de insumos básicos para a execução da política (7). Para o CEBAS Assistência Social, foram elencados 10 indicadores de recursos necessários a execução da política. Esses indicadores são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Indicadores de insumos propostos na oficina

Indicador	Periodicidade de aferição	Fonte de Dados
Número de entidades privadas sem fins lucrativos na área de AS	Anual	CNEAS/ MDS
Número de entidades privadas sem fins lucrativos na área de AS inscritas no CMAS	Anual	CNEAS/ MDS
Número de entidades privadas sem fins lucrativos na área de AS inscritas no CMAS e cadastradas no CNEAS	Anual	CNEAS/MDS
Número de entidades inscritas no CMAS per capita CadÚnico por macrorregião	Anual	CNEAS/MDS
Número de entidades cadastradas no CNEAS per capita CadÚnico por macrorregião	Anual	CNEAS/MDS
Número de entidades inscritas no CMAS per capita CadÚnico por macrorregião.	Anual	CNEAS/MDS
Número de entidades inscritas no CMAS em cada macrorregião	Anual	CNEAS/ MDS
Número de entidades cadastrada no CNEAS em cada macrorregião	Anual	CNEAS/MDS
Orçamento do DRSP	Anual	SIOP
Número de profissionais técnicos do DRSP	Anual	DRSP/MDS

Fonte: Relatório Preliminar CMAP

Indicadores de atividades (processos) representam as ações e serviços realizados no escopo da política. Podem conter atividades diretas, ou seja, prestadas diretamente à população, e as indiretas, aquelas que envolvem a garantia e sustentabilidade do serviço. Esse componente visa descrever as ações encadeadas para a execução da política e estão relacionadas aos insumos descritos no componente anterior (7). Foram listados 13 indicadores de processos do modelo lógico construído.

Quadro 2: Indicadores de atividades/processos propostos na oficina

Indicador	Periodicidade de aferição	Fonte de Dados
Produtividade do DRSP- Concessão	Anual	DRSP/ SEI/MDS
Produtividade do DRSP- Renovação	Anual	DRSP/ SEI/MDS
Tempo (dias) médio para finalização de processo de concessão de certificação	Anual	SEI/ MDS
Tempo (dias) médio para finalização de processo de renovação de certificação	Anual	SEI/ MDS
Tempo (dias) para publicação de portaria no DOU após decisão pela concessão da certificação	Anual	SEI/ MDS
Tempo (dias) para comunicação da concessão da certificação à RFB	Anual	SEI/ MDS
Tempo (dias) para concessão da imunidade tributária após protocolo do requerimento	Anual	SEI/ MDS
Tempo (dias) para decisão de recurso de processos de concessão de certificação	Anual	SEI/ MDS
Tempo (dias) para decisão de recurso de processos de renovação da certificação	Anual	SEI/ MDS
Número de processos de concessão de certificação não finalizados em determinado ano	Anual	SEI/ MDS
Número de processos de renovação de certificação não finalizados em determinado ano	Anual	SEI/ MDS

Fonte: Relatório Preliminar CMAP

Indicadores de produtos estão relacionados às entregas diretas e quantificáveis das atividades listadas no componente anterior. Cada uma das atividades deve gerar, ao menos, um produto. O modelo lógico gerado em oficina propõe 24 indicadores de produtos para o CEBAS Assistência Social.

Quadro 3: Indicadores de produtos propostos na oficina

Indicador	Periodicidade de aferição	Fonte de Dados
Número de entidades certificadas	Anual	CNEAS/MDS
% de entidades inscritas no CNEAS certificadas	Anual	CNEAS/MDS
% de entidades inscritas no CNEAS certificadas, por região	Anual	CNEAS
Distribuição das entidades inscritas no CNEAS certificadas	Anual	CNEAS
Número total de processos protocolados	Anual	SEI/ MDS
Número de processos de requerimento de certificação protocolados	Anual	SEI/ MDS
Número de processos de requerimento de certificação indeferidos	Anual	SEI/ MDS
% de processos requerimentos de certificação indeferidos	Anual	MDS
Número de processos de requerimentos de certificação concluídos	Anual	SEI/ MDS
Número de processos de requerimento renovação de certificação protocolados	Anual	SEI/ MDS
Número de processos de requerimento renovação de certificação concluídos	Anual	SEI/ MDS
% de processos de requerimento de renovação de certificação concluídos	Anual	SEI/ MDS
Número de processos de requerimento renovação de certificação indeferidos	Anual	SEI/ MDS
% de processos de requerimento renovação de certificação indeferidos	Anual	SEI/ MDS
Número de entidades certificadas apoiadas	Anual	SEI/ MDS
% das entidades certificadas apoiadas	Anual	SEI/ MDS
Número de processos de requerimento de certificação submetidos a recurso	Anual	SEI/ MDS
% de processos de requerimento de certificação submetidos a recurso	Anual	SEI/ MDS
Número de processos de requerimento de renovação da certificação submetidos a recurso	Anual	SEI/ MDS
% de processos de requerimento da renovação de certificação submetidos a recurso	Anual	SEI/ MDS
Número de entidades certificadas submetidas à supervisão ordinária	Anual	SEI/ MDS
% de entidades certificadas submetidas à supervisão ordinária	Anual	MDS
Número de entidades certificadas submetidas à supervisão extraordinária	Anual	SEI/ MDS
% de entidades certificadas submetidas à supervisão extraordinária	Anual	MDS

Indicadores de resultados representam as mudanças de curto prazo sobre indivíduos, grupos ou instituições resultantes da intervenção em análise. Por serem efeitos diretos da intervenção, devem ser observáveis, mensuráveis e pertinentes quanto à causalidade esperada (8). 15 indicadores foram listados como resultados decorrentes do CEBAS Assistência Social.

Quadro 4: Indicadores de resultados propostos na oficina

Indicador	Periodicidade de aferição	Fonte de Dados
Número de entidades certificadas com imunidade tributária	Anual	MDS/ RFB
Número de entidades sem certificação com imunidade tributária	Anual	MDS/ RFB
Capacidade operacional das entidades certificadas e com imunidade tributária.	Anual	RAIS/ MTE
Cobertura operacional das entidades certificadas e com imunidade tributária.	Anual	RAIS/ MTE
Cobertura operacional das entidades certificadas e com imunidade tributária por macrorregião.	Anual	RAIS/ MTE
Participação das vagas das entidades certificadas em relação às vagas SUAS totais	Anual	Censo SUAS/ SNAS?
Número de atendimentos realizados pelas entidades certificadas	Anual	Censo SUAS/ SNAS?
Número de vagas ofertadas pelas entidades certificadas	Anual	Censo SUAS/ SNAS?
% da renúncia em relação à receita bruta da entidade certificada, segundo porte da entidade	Anual	Base RFB
% da renúncia em relação à despesa da entidade certificada, segundo porte da entidade	Anual	Base RFB
Valor global da renúncia	Anual	DGT
Valor desagregado da renúncia	Anual	DGT
Valor da renúncia por macrorregião	Anual	DGT
% da renúncia em relação a despesa liquidada do MDS, exceto benefícios (SIOP função 08)	Anual	DGT; SIOP
% da renúncia em relação aos gastos tributários totais	Anual	DGT

Fonte: Relatório Preliminar CMAP

Indicadores de impacto são as mudanças de maior prazo, relacionados às perspectivas futuras dos beneficiários da política. São as consequências geradas pelos resultados e, assim como os resultados, também dependem de respeito à cadeia causal proposta. Podem ser impactos individuais, sobre o beneficiário, ou coletivos, para toda comunidade. Foi sugerido 1 indicador de impacto para o CEBAS Assistência Social.

Quadro 5: Indicadores de impactos propostos na oficina

Indicador	Periodicidade de aferição	Fonte de Dados
Nível de proteção social - IVS/ IDH	Anual	IPEA/IBGE

Fonte: Relatório Preliminar CMAP

4. Viabilidade de cálculo dos indicadores

Como mencionado na introdução, o propósito deste trabalho é agregar a esse processo de construção de modelo lógico reflexões metodológicas e práticas, pela sugestão da incorporação de definições e atributos adicionais aos indicadores propostos. Para isso, recuperamos as reflexões de (1) que sugere que os indicadores são instrumentos e devem ser interpretados considerando suas finalidades e limitações. Ainda segundo (1), uma maneira de fazer isso é pela criação de uma ficha de documentação de cada indicador. Essa ficha seria composta por elementos como a descrição, fonte das informações, fórmula de cálculo e outras informações. A partir desse referencial teórico, a tabela proposta nesse produto visa reunir informações úteis à análise da viabilidade do acompanhamento dos indicadores propostos.

As informações apresentadas nos Quadros de 1 a 5 da seção anterior foram disponibilizadas pelas equipes avaliadoras. Essas informações foram transportadas para o Quadro 9, no Apêndice II, para sua complementação com novas informações descritivas sobre os indicados que buscou, em todo o seu conjunto, padronizar a estrutura dos indicadores quanto à sua nomenclatura, definição, fórmula de cálculo, fontes de dados, periodicidade e observações metodológicas. A descrição completa dos campos propostos para a ficha documental dos indicadores apresentada neste trabalho é apresentada no Apêndice I.

4.1 Alterações sugeridas aos indicadores

As alterações sugeridas em relação aos indicadores propostos pela equipe avaliadora do CEBAS no âmbito do CMAP se basearam, em maior parte, na complementação dos campos para registro na estrutura apontada na seção anterior, principalmente o preenchimento de fórmula de cálculo e periodicidade, e na manifestação da equipe técnica do programa quanto a adequação e viabilidade de mensuração da sistematização apresentada.

Do total de 61 indicadores propostos pela equipe avaliadora da política no CMAP foram sugeridas a exclusão de treze indicadores, reformulação de dois indicadores e a complementação de campos e alterações menores nos demais indicadores para complemento das informações de documentação do indicador.

Os indicadores excluídos são apresentados no Quadro 6. Do total de catorze indicadores que receberam a sugestão de exclusão, oito foram retirados baseados em manifestação da equipe técnica do programa quanto a inadequação do mesmo em face dos processos para execução da política e a incapacidade de mensurar o respectivo indicador. Esses são os casos dos indicadores identificados pelos números 8, 12, 13, 15, 17, 18, 21 e 22 nos quadros apresentadas na seção anterior.

Outros sete indicadores receberam sugestão de exclusão. Os indicadores numerados por 20, 25, 50, 57 e 58 foram retirados da tabela por sobreposição conceitual ao proporem medir algum elemento identificado anteriormente na delimitação analítica proposta no campo “Comparabilidade”, dedicado a elencar possíveis desagregações e comparações pertinentes para compreensão do resultado da métrica. O indicador 47 nomeado “Número de entidades sem certificação com imunidade tributária” recebeu a sugestão de exclusão por entendermos que a certificação é etapa condicional para o usufruto da imunidade tributária proporcionada pelo programa, sendo esta fiscalização de competência da Receita Federal Brasileira. O indicador 59, nomeado como “% da renúncia em relação a despesa liquidada do MDS, exceto benefícios (SIOP função 08)”, foi retirado em função da função orçamentária citada representar outras execuções do Ministério do Desenvolvimento Social, não compondo despesas com a política em análise.

Sugere-se a reformulação de três indicadores, identificados pelos números 14 e 16. Para o indicador 14, foi sugerida a reformulação com nome “Tempo médio entre protocolo e primeira análise técnica de processos de certificação do DRSP”, proposto para adequar-se às etapas efetivamente realizadas pela equipe gestora, descontando-se o tempo decorrido entre data de entrada do processo e a data do primeiro despacho técnico do DRSP, descontados os prazos decorrentes de diligências externas. O indicador 16, renomeado para “Tempo médio entre decisão de concessão e envio da portaria para publicação” foi adequado para medir a diferença de datas entre decisão administrativa favorável à concessão da certificação CEBAS e a data de envio da respectiva portaria à Imprensa Nacional para publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Quadro 6: Indicadores com sugestão de exclusão por componente do modelo lógico, dimensão, identificador, nome do indicador e tipo de alteração sugerida

Componente do ML	Dimensão	ID	Indicador Original	Alterações Sugeridas
Insumos	Capacidade Operacional da Gestão	8	Orçamento do DRSP	Sugestão de exclusão: inadequação ou incapacidade de mensuração
Processos	Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	12	Número de processos de concessão de certificação não finalizados em determinado ano	Sugestão de exclusão: inadequação ou incapacidade de mensuração
Processos	Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	13	Número de processos de renovação de certificação não finalizados em determinado ano	Sugestão de exclusão: inadequação ou incapacidade de mensuração
Processos	Tempo de Resposta e Celeridade Processual	15	Tempo (dias) médio para finalização de processo de renovação de certificação	Sugestão de exclusão: inadequação ou incapacidade de mensuração
Processos	Tempo de Resposta e Celeridade Processual	17	Tempo (dias) para comunicação da concessão da certificação à RFB	Sugestão de exclusão: inadequação ou incapacidade de mensuração
Processos	Tempo de Resposta e Celeridade Processual	18	Tempo (dias) para concessão da imunidade tributária após protocolo do requerimento	Sugestão de exclusão: inadequação ou incapacidade de mensuração
Processos	Gestão de Demandas Recursais e Decisões Críticas	20	Tempo (dias) para decisão de recurso de processos de renovação da certificação	Exclusão: sobreposição conceitual (ID19)
Processos	Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	21	Número de processos de concessão de certificação não finalizados em determinado ano	Sugestão de exclusão: inadequação ou incapacidade de mensuração
Processos	Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	22	Número de processos de renovação de certificação não finalizados em determinado ano	Sugestão de exclusão: inadequação ou incapacidade de mensuração
Produtos	Cobertura e Alcance da Certificação	25	% de entidades inscritas no CNEAS certificadas, por região	Exclusão: sobreposição conceitual (ID24)
Resultados	Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	47	Número de entidades sem certificação com imunidade tributária	Sugestão de exclusão: inadequação ou incapacidade de mensuração
Resultados	Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	50	Cobertura operacional das entidades certificadas e com imunidade tributária por macrorregião	Exclusão: sobreposição conceitual (ID49)
Resultados	Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	57	Valor desagregado da renúncia	Exclusão: sobreposição conceitual (ID49)
Resultados	Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	58	Valor da renúncia por macrorregião	Exclusão: sobreposição conceitual (ID56)
Resultados	Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	59	% da renúncia em relação a despesa liquidada do MDS, exceto benefícios (SIOP função 08)	Sugestão de exclusão: inadequação ou incapacidade de mensuração

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de relatório preliminar da Avaliação CMAP.

4.2 Desafios identificados

Ao longo da elaboração deste estudo foram identificadas limitações que podem afetar a capacidade de aferição dos indicadores propostos pela equipe avaliadora e outras modificações sugeridas pela equipe do Evidência Express.

Um primeiro fator a ser notado é que alguns dos indicadores propostos dependem diretamente do acesso a bases de dados internas ou externas ao Ministério de acesso restrito ao pública, e, portanto, não puderam ser consultadas pela equipe do Evidência Express para elaboração desta análise. Para esses casos, também não foi possível obter um conjunto de metadados que permitisse auxiliar na construção dos indicadores. Dessa forma, aspectos como a completude das informações ou formato de disponibilização dos dados podem afetar a capacidade de mensuração dos indicadores conforme o preenchimento sugerido neste produto.

Associado a isso, para indicadores propostos de insumos, processos e produtos, a sugestão das dimensões foi baseada na documentação disponível em portais abertos, manifestação da equipe técnica às sugestões da equipe avaliadora do CMAP e na análise dos dados públicos disponíveis, sem a observação de processos internos. Desta maneira, é possível que algumas das sugestões feitas necessitem complementações ou edições, considerando a experiência prática de gestão da política. Essa limitação pode influenciar outros aspectos abordados neste trabalho, como a interpretação dos indicadores, a fórmula de cálculo e apuração dos indicadores.

5. Considerações Finais

O desenvolvimento de um sistema de monitoramento baseado em indicadores é importante para o fortalecimento da gestão pública. Os indicadores funcionam como instrumentos que traduzem os objetivos institucionais em medidas observáveis e comparáveis, permitindo o acompanhamento sistemático das ações governamentais e de seus efeitos. Além disso, os indicadores cumprem um papel central na geração de evidências para subsidiar a tomada de decisão, o controle gerencial e a transparência perante a sociedade (7).

Contudo, a presença de indicadores não garante um sistema de monitoramento eficaz (??9). Para que cumpram sua finalidade, é necessário que estejam organizados em um sistema de medição de desempenho coerente, balanceado e alinhado aos objetivos estratégicos da política pública em análise. Isso implica não apenas em selecionar indicadores relevantes e viáveis, mas também em documentá-los de forma estruturada, clara e acessível. Nesse sentido, a tabela proposta neste produto pretende cumprir o papel de uma ficha de documentação do indicador, sistematizando informações essenciais sobre o indicador: definição, fórmula de cálculo, fonte de dados, periodicidade, metas, responsáveis, polaridade, série histórica e segmentações possíveis, entre outros aspectos(9, 6).

A sistematização dos indicadores realizada neste trabalho, a partir da retomada daqueles construídos nas oficinas colaborativas, teve como foco organizar, complementar e detalhar tecnicamente as propostas elaboradas de forma conjunta entre a equipe gestora e avaliadora. A ficha de documentação dos indicadores (adaptada de Bahia, 2021) pretende contribuir para aumentar a transparência metodológica e apoiar o uso dessas métricas por técnicos, gestores e avaliadores. Além disso, essa estrutura pode favorecer a continuidade do monitoramento ao longo do tempo e a reprodutibilidade das análises. Dessa forma, o relatório organiza um conjunto de indicadores vinculados ao modelo lógico do CEBAS e oferece base técnica para o monitoramento da política. As sugestões propostas visaram alinhar os indicadores a critérios técnicos e operacionais de utilização em um sistema de monitoramento, com o objetivo de incorporar análises complementares sobre a viabilidade de cálculo, a consistência conceitual e discussões sobre a disponibilidade de dados.

As recomendações contemplaram a reformulação de nomenclaturas, a sugestão de fórmulas de cálculo, a proposição de fontes alternativas e, em casos específicos, a exclusão de indicadores cuja viabilidade prática foi considerada baixa. Os indicadores excluídos receberam essa sugestão em função da sobreposição conceitual com outros indicadores já contemplados na matriz ou pela inadequação ou incapacidade de mensuração indicada pela equipe gestora da política.

A capacidade de operacionalização do sistema de monitoramento está condicionada ao grau

de maturidade informacional dos sistemas institucionais. A disponibilidade e abertura dos dados relacionados ao Censo SUAS e outras pesquisas contínuas do MDS, juntamente aos seus respectivos dicionários de dados e questionários, permitiram a sugestão e detalhamento de cálculos, o que conferem transparência e replicabilidade ao sistema de monitoramento da política. Contudo, é relevante apontar que a tabela contém informações presumidas para as fontes internas do Ministério, seja pela presença de fontes não acessíveis publicamente, ausência de bases documentais específicas ou a fragmentação dos dados entre diferentes órgãos, que podem dificultar o acompanhamento periódico. Para os casos em que há baixa disponibilidade de dados, sugere-se avanços na institucionalização a partir da articulação entre os entes envolvidos, para viabilização de fluxos de dados e o compartilhamento seguro de informações estratégicas.

Ao longo do produto, buscou-se apontar referências institucionais para as informações necessárias. Ainda que genéricas, representam um ponto de partida relevante para a construção futura desses indicadores, especialmente quando comparada ao cenário mais crítico, em que não haveria qualquer indicação de origem dos dados. Trata-se, portanto, de um conjunto que, embora ainda demande avanços em termos de maturidade informacional, já dispõe de elementos mínimos para orientar esforços de pactuação, extração e consolidação progressiva das fontes necessárias à sua efetiva operacionalização. Nesse contexto, é importante apontar que a institucionalização de rotinas de compartilhamento e tratamento dessas informações, com garantias de segurança e uso adequado, permitirá qualificar de forma mais robusta o sistema de indicadores propostos. As sugestões e comentários elaborados neste estudo fundamentaram-se em referências utilizadas para o monitoramento e avaliação das políticas públicas brasileiras, contemplando guias e manuais voltados para apoiar a execução de sistemas de monitoramento e avaliação e produções científicas sobre os temas, não representando necessariamente a opinião pessoal dos pesquisadores envolvidos ou da instituição sobre a política.

Por fim, ressalta-se que o presente estudo, por sua natureza rápida, possui limitações quanto à profundidade de análise de determinadas fontes e não pretende ser exaustivo. Novos estudos e atualizações periódicas podem ser necessários para incorporar evoluções metodológicas, mudanças no contexto da política e avanços nos sistemas de informação, a fim de adicionar dimensões ou indicadores para a melhor apreensão dos fenômenos de interesse.

Referências Bibliográficas

- 1 BAHIA, L. O. *Guia referencial para construção e análise de indicadores*. Brasília: ENAP, 2021. E-book, 43 p. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6154>>. Acesso em: 20 mar. 2025. Citado 3 vezes nas páginas 4, 7 e 14.
- 2 Brasil. *Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e sobre a imunidade de contribuições à seguridade social*. 2021. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp187.htm>. Acesso em: 17 jun. 2025. Citado na página 5.
- 3 Brasil. *Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023. Regulamenta a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes*. 2023. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11791.htm>. Acesso em: 17 jun. 2025. Citado na página 5.
- 4 ANDREAZZA, D. *Norma ITG 2002 (R1) – entidades sem finalidade de lucros: aspectos críticos para as entidades do terceiro setor no que tange a certificação de entidade beneficente de assistência social*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) — Universidade La Salle, Canoas, 2022. Disponível em: <<https://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/3225>>. Acesso em: 17 jun. 2025. Citado na página 6.
- 5 BELMIRO, C. H. P.; SILVA, R. B.; SERPA, F. B. Certificação de entidades beneficentes de assistência social: revisão de escopo sobre resultados e impactos. In: PÚBLICA, E. N. de A. (Ed.). *Relatório de pesquisa, Evidência Express*. Brasília: Enap, 2025. Acesso em: dd mmm. aaaa. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6939>>. Citado na página 6.
- 6 JANNUZZI, P. M. *Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas*. 2012. Texto didático [...], 9 p. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2025. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 18.
- 7 Brasil. *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2018. v. 1. 192 p. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8285>>. Acesso em: 20 mar. 2025. Citado 4 vezes nas páginas 7, 9, 10 e 18.
- 8 Brasil. *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2018. v. 2. 301 p. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8853>>. Acesso em: 20 mar. 2025. Citado 4 vezes nas páginas 7, 8, 9 e 12.
- 9 SCHANG, L.; BLOTENBERG, I.; BOYWITT, D. What makes a good quality indicator set? a systematic review of criteria. *International Journal for Quality in Health Care*, v. 33, n. 3, 2021.

Disponível em: <<https://academic.oup.com/intqhc/article/33/3/mzab107/6324323?login=true>>. Acesso em: 25 mar. 2025. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 18.

10 BIRD, S. et al. Performance indicators: Good, bad, and ugly. *Journal of the Royal Statistical Society Series A: Statistics in Society*, v. 168, n. 1, p. 1–27, January 2005. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jrssa/article/168/1/1/7084133?login=true>>. Acesso em: 25 mar. 2025. Citado na página 7.

Apêndice 1

Apêndice 1. Descrição dos elementos da ficha catalográfica proposta

Elemento da Ficha Documental	Detalhamento
Componente do Modelo Lógico	Campo utilizado para classificação do indicador em relação a sua alocação nos componentes do modelo lógico da política.
Dimensão	Campo utilizado para indicar a dimensão ou fenômeno que o indicador busca mensurar. Relaciona-se ao componente do modelo lógico da política.
Redação do Indicador	Nome dado ao indicador.
Alterações Sugeridas	Campo utilizado para mapear as alterações sugeridas pela Equipe do Evidência Express na investigação sobre a viabilidade de mensuração do indicador a partir do material elaborado pelas equipes avaliadora e gestora do programa nas oficinas de definição do modelo lógico da política.
Descrição	Campo utilizado para descrever o objetivo do indicador e eventuais pontos de atenção a serem considerados em sua interpretação.
Fonte de Dados	Campo utilizado para indicar a fonte ou origem de dados sugerida para requisição ou coleta de dados para o cálculo do indicador.
Periodicidade de Apuração	Campo utilizado para descrever a frequência sugerida de apuração do indicador.
Polaridade	Campo utilizado para indicar o sentido esperado da variação do indicador. Dividido em: “quanto maior, melhor”, “quanto maior, pior” e “não se aplica” (utilizado quando o indicador não possui uma polaridade definida).
Fórmula de Cálculo	Campo utilizado para descrever a forma de cálculo sugerida do indicador.
Interpretação do Indicador	Campo utilizado para orientar a interpretação do resultado calculado do indicador.

Elemento da Ficha Documental	Detalhamento
Acesso aos Dados	Campo utilizado para apontar a facilidade de acesso aos dados necessários à verificação do indicador. Divide-se em: “Livre Acesso” - quando os dados de medição são públicos; “Interno” - quando os dados são originados de sistemas ou processos internos da organização gestora da política; e “Limitada/Restrita” – quando há barreiras ou restrições de acesso aos dados para mensuração (ex: sistemas externos de acesso controlado ou necessidade de certificação ou habilitação para realizar esse acesso).
Situação de Disponibilidade dos Dados	Campo utilizado para registrar quais os procedimentos necessários para acesso às bases de dados ou para cálculo dos indicadores. Neste campo serão registradas a necessidade de articulação para acesso a dados restritos ou procedimentos técnicos de qualificação dos dados.
Comparabilidade	Campo utilizado para registrar sugestões de segmentações, recortes e comparações para o acompanhamento do indicador, decomposição de seu resultado ou realização de comparações de interesse.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Bahia (2021).

Apêndice 2

Tabela 1: Indicadores de monitoramento por componentes do modelo lógico, dimensão do indicador, identificador, redação do indicador original e modificada, tipo de alteração sugerida, descrição, fonte de dados e facilidade do acesso aos dados. Continua.

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Insumos						
Estrutura Institucional da Rede CEBAS	1	Número de entidades privadas sem fins lucrativos na área de AS	Complementação de campos.	Indica a quantidade de entidades privadas sem fins lucrativos que atuam na área de Assistência Social no território, independentemente de estarem formalmente reconhecidas pelo SUAS, CMAS ou CNEAS.	CNEAS/ MDS Fonte sugerida: Censo SUAS (Dados abertos e SNAS)	Aberto
Estrutura Institucional da Rede CEBAS	2	Número de entidades privadas sem fins lucrativos na área de AS inscritas no CMAS	Complementação de campos.	Número de entidades ou OSC que possuem inscrição no conselho municipal declaradas no questionário do Censo SUAS (q52 - Conselho municipal)	Censo SUAS CNEAS/ MDS	Aberto
Estrutura Institucional da Rede CEBAS	3	Número de entidades privadas sem fins lucrativos na área de AS inscritas no CMAS e cadastradas no CNEAS	Complementação de campos.	Indica o número de entidades privadas sem fins lucrativos que atuam na assistência social, reconhecidas pelo CMAS e registradas no CNEAS	CNEAS/ MDS	Aberto

Continuação

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Estrutura Institucional da Rede CEBAS	4	Número de entidades inscritas no CMAS per capita CadÚnico por macrorregião	Complementação de campos.	Relação entre o número de entidades da assistência social formalmente reconhecidas nos CMAS e a população inscrita no CadÚnico, por macrorregião.	Numerador: Censo SUAS/MDS Denominador: CadÚnico/ MDS	Aberto
Estrutura Institucional da Rede CEBAS	5	Número de entidades cadastradas no CNEAS per capita CadÚnico por macrorregião	Complementação de campos.	Mede a razão entre o total de entidades inscritas no CMAS (com ou sem CNEAS) e a população potencial usuária da assistência social (inscrita no CadÚnico), desagregada por macrorregião.	Numerador: Censo SUAS/MDS Denominador: CadÚnico/ MDS	Aberto
Estrutura Institucional da Rede CEBAS	6	Número de entidades inscritas no CMAS (com ou sem CNEAS) por 1.000 pessoas inscritas no CadÚnico, por macrorregião	Complementação de campos. Alteração do indicador anterior por não identificar dado direto de quantas entidades estão apenas no CMAS (e não no CNEAS) nas fontes de dados existentes.	Mede a quantidade absoluta de entidades privadas sem fins lucrativos cadastradas no CNEAS, organizadas por macrorregião, refletindo a formalização institucional da rede socioassistencial.	CNEAS/ MDS	Aberto

Continuação

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Estrutura Institucional da Rede CEBAS	7	Número de entidades cadastradas no CNEAS por macrorregião	Complementação de campos.	Mede a quantidade absoluta de entidades privadas sem fins lucrativos cadastradas no CNEAS, organizadas por macrorregião, refletindo a formalização institucional da rede socioassistencial.	CNEAS/ MDS	Aberto
Capacidade Operacional da Gestão	8	Orçamento do DRSP	Exclusão do Indicador: inadequação ou incapacidade de mensuração da métrica			
Capacidade Operacional da Gestão	9	Número de profissionais técnicos do DRSP	Complementação de campos.	Mede o número de profissionais técnicos alocados no DRSP.	DRSP/MDS	Limitado/ Restrito ao DRSP/MDS.
Processos						
Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	10	Produtividade do DRSP – Concessão	Complementação de campos.	Mede a produtividade dos profissionais técnicos do DRSP na análise de processos de concessão, considerando a capacidade operacional da equipe.	Numerador: DRSP Denominador: SEI/MDS	Limitado/ Restrito ao DRSP/MDS.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	11	Produtividade do DRSP – Renovação	Complementação de campos.	Relação entre o número de profissionais técnicos do DRSP e o volume de processos de renovação de certificação finalizados.	Numerador: DRSP Denominador: SEI/MDS	Limitado/ Restrito ao DRSP/MDS.
Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	12	Número de processos de concessão de certificação não finalizados em determinado ano	Exclusão do Indicador: inadequação ou incapacidade de mensuração da métrica			
Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	13	Número de processos de renovação de certificação não finalizados em determinado ano	Exclusão do Indicador: inadequação ou incapacidade de mensuração da métrica			
Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	14	Tempo médio entre protocolo e primeira análise técnica de processos de certificação do DRSP	Substituição do indicador	Mede o tempo decorrido entre a data de entrada do processo e a data do primeiro despacho técnico do DRSP, ignorando prazos decorrentes de diligências externas. Essa métrica se concentra exclusivamente na parte do fluxo sob governabilidade do DRSP e pode servir como proxy da agilidade administrativa inicial, antes da interferência de fatores externos.	SEI/ MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/MDS.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Tempo de Resposta e Celeridade Processual	15	Tempo (dias) médio para finalização de processo de concessão de certificação	Exclusão do Indicador: inadequação ou incapacidade de mensuração da métrica			
Tempo de Resposta e Celeridade Processual	16	Tempo médio entre decisão de concessão e envio da portaria para publicação	Substituição do indicador	Mede o tempo médio, em dias, entre a data da decisão administrativa favorável à concessão da certificação CEBAS e a data de envio da respectiva portaria à Imprensa Nacional para publicação no Diário Oficial da União (DOU). Esse intervalo avalia a eficiência do fluxo interno do DRSP após a conclusão do processo de análise. Obs.: A etapa de envio ao DOU é atribuída ao DRSP e está sob sua governabilidade, diferentemente da data efetiva de publicação. Por isso, esta métrica é sugerida para avaliação interna de desempenho.	SEI/ MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/MDS.
Tempo de Resposta e Celeridade Processual	17	Tempo (dias) para comunicação da concessão da certificação à RFB	Exclusão do Indicador: inadequação ou incapacidade de mensuração da métrica			
Tempo de Resposta e Celeridade Processual	18	Tempo (dias) para concessão da imunidade tributária após protocolo do requerimento	Exclusão do Indicador: inadequação ou incapacidade de mensuração da métrica			
Gestão de Demandas Recursais e	19	Tempo (dias) para decisão de recurso de processos de	Complementação de campos.	Mede o tempo decorrido entre o encerramento do prazo legal de interposição de recurso e a decisão final proferida pela autoridade competente no	SEI/ MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/M

Continuação

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Decisões Críticas		concessão ou renovação de certificação	Unificar com processos de renovação e delimitar marcos de início e fim do recurso	âmbito do processo de certificação (concessão ou renovação), considerando a instância decisória final adotada pela administração.		
Gestão de Demandas Recursais e Decisões Críticas	20	Tempo (dias) para decisão de recurso de processos de renovação da certificação	Exclusão do Indicador: sobreposição conceitual com o indicador 19			
Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	21	Número de processos de concessão de certificação não finalizados em determinado ano	Exclusão do Indicador: inadequação ou incapacidade de mensuração da métrica			
Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	22	Número de processos de renovação de certificação não finalizados em determinado ano	Exclusão do Indicador: inadequação ou incapacidade de mensuração da métrica			
Produtos						
Cobertura e Alcance da Certificação	23	Número de entidades certificadas (CEBAS)	Complementação de campos	Quantitativo de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) com certificação CEBAS vigente na área de Assistência Social	CNEAS/MDS	Aberto

Continuação

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Cobertura e Alcance da Certificação	24	% de entidades inscritas no CNEAS certificadas	Complementação de campos	Proporção de Organizações da Sociedade Civil inscritas no CNEAS que possuem certificação vigente de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) na área de Assistência Social.	Numerador e denominador: CNEAS	Aberto
Cobertura e Alcance da Certificação	25	% de entidades inscritas no CNEAS certificadas, por região	Sugestão de exclusão: sobreposição conceitual com o indicador 24			
Cobertura e Alcance da Certificação	26	Distribuição das entidades inscritas no CNEAS certificadas	Complementação de campos Alteração da fórmula do indicador	Indica a participação relativa de cada região do país no total de entidades com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) inscritas no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), permitindo identificar a concentração regional das certificações vigentes.	Numerador e denominador: CNEAS Lista de entidades CEBAS	Aberto
Produção Administrativa da Certificação	27	Número total de processos protocolados	Complementação de campos Sugestão de fórmula	Total de requerimentos de certificação (concessão e renovação) protocolados no sistema oficial ao longo do exercício. Engloba todos os pedidos submetidos formalmente, independentemente da sua tramitação ou desfecho.	SEI/ MDS	Limitado/ Restrito ao DRSP/MDS.
Produção Administrativa da Certificação	28	Número de processos de requerimento de certificação protocolados	Complementação de campos Sugestão de fórmula Alteração do nome do indicador	Total de requerimentos de certificação protocolados no sistema ao longo do exercício, abrangendo tanto processos de concessão quanto de renovação. Representa a demanda formal submetida ao Departamento responsável.	SEI/ MDS	Limitado/ Restrito ao DRSP/MDS.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Produção Administrativa da Certificação	29	Número de processos de requerimento de certificação indeferidos	Complementação de campos Sugestão de fórmula Alteração do nome do indicador	Total de processos de requerimento de certificação indeferidos no exercício, incluindo tanto pedidos de concessão quanto de renovação, por decisão técnica final no âmbito da unidade responsável.	SEI/ MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/MDS.
Produção Administrativa da Certificação	30	% de processos requerimentos de certificação indeferidos	Complementação de campos Sugestão de fórmula	Representa a proporção de processos de requerimento de certificação (concessão e renovação) que foram indeferidos no exercício, em relação ao total de processos protocolados no mesmo período.	SEI/ MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/MDS.
Produção Administrativa da Certificação	31	Número de processos de requerimento de renovação de certificação protocolados	Complementação de campos	Total acumulado de processos de renovação da certificação protocolados juntos à DRSP/MDS.	SEI/ MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/MDS.
Produção Administrativa da Certificação	32	Número de processos de requerimento de renovação de certificação concluídos	Complementação de campos	Total acumulado de processos de renovação da certificação com análise e situação de deferimento concluídos. A conclusão do processo pode se dar por deferimento ou indeferimento.	SEI/ MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/MDS.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Produção Administrativa da Certificação	33	% de processos de requerimento de renovação de certificação concluídos	Complementação de campos e modificação na fórmula de cálculo	Proporção dos processos de renovação da certificação recebidos que já foram analisados. A análise dos processos segue procedimentos que podem ultrapassar o ano de início da análise, como diligências e análises externas ao DRSP/MDS. Sugere-se a análise por ciclo de quatro anos para abarcar as particularidades dos processos.	Numerador e denominador: SEI/ MDS	Limitado/ Restrito ao DRSP/MDS.
Produção Administrativa da Certificação	34	Número de processos de requerimento de renovação de certificação indeferidos	Complementação de campos	Número de processos de renovação da certificação recebidos que já foram analisados e indeferidos. Os processos indeferidos têm prazo de recurso para a reanálise do pleito.	SEI/ MDS	Limitado/ Restrito ao DRSP/MDS.
Produção Administrativa da Certificação	35	% de processos de requerimento de renovação de certificação indeferidos	Complementação de campos	Proporção dos processos de renovação da certificação recebidos que já foram analisados e indeferidos. Os processos indeferidos têm prazo de recurso para a reanálise do pleito.	Numerador e denominador: SEI/ MDS	Limitado/ Restrito ao DRSP/MDS.
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	36	Número de entidades certificadas apoiadas	Complementação de campos	Quantidade de entidades certificadas que receberam apoio da área técnica da política durante o período de análise.	SEI/ MDS	Limitado/ Restrito ao DRSP/MDS.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	37	Proporção de entidades certificadas apoiadas	Complementação de campos e modificação na fórmula de cálculo	Proporção das entidades certificadas que receberam apoio técnico, de qualquer natureza, da equipe da DRSP/MDS no último ano.	Numerador e denominador: SEI/ MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/MDS.
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	38	Número de requerimentos de certificação indeferidos submetidos a recurso	Complementação de campos	Total de processos de requerimentos que, em análise, tiveram a certificação indeferida e interpuseram recurso no último ano.	SEI/ MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/MDS.
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	39	Proporção de requerimentos de certificação indeferidos submetidos a recurso	Complementação de campos	Proporção de processos de requerimentos que, em análise, tiveram a certificação indeferida e interpuseram recurso no último ano.	SEI/ MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/MDS.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	40	Número de requerimentos de renovação da certificação indeferidos submetidos a recurso	Complementação de campos	Total de processos de requerimentos que, em análise, tiveram a renovação da certificação indeferida e interpuseram recurso no último ano.	SEI/ MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/MDS.
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	41	Proporção de requerimentos de renovação da certificação indeferidos submetidos a recurso	Complementação de campos	Proporção de processos de requerimentos que, em análise, tiveram a renovação da certificação indeferida e interpuseram recurso no último ano.	SEI/ MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/MDS.
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	42	Número de entidades certificadas submetidas à supervisão ordinária	Complementação de campos	Total de entidades certificadas submetidas a supervisão ordinária no ano. A supervisão visa a verificação das condições que ensejam a certificação e ocorre mediante denúncia ou comunicação ao DRSP. Pode ocorrer por análise documental, videoconferência ou visita in loco. O plano de supervisão anual será declarado até o dia 31 de janeiro de cada ano.	SEI/ MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/MDS.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	43	Proporção de entidades certificadas submetidas à supervisão ordinária	Complementação de campos	Proporção das entidades certificadas que foram submetidas a supervisão ordinária no ano. Pode ocorrer por análise documental, videoconferência ou visita in loco. O plano de supervisão anual será declarado até o dia 31 de janeiro de cada ano.	SEI/ MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/MDS.
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	44	Proporção de entidades certificadas submetidas à supervisão extraordinária	Complementação de campos	Proporção das entidades certificadas que foram submetidas a supervisão extraordinária no ano. A supervisão visa a verificação das condições que ensejam a certificação e ocorre mediante denúncia ou comunicação ao DRSP.	MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/MDS.
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	45	Número de entidades certificadas submetidas à supervisão extraordinária	Complementação de campos	Proporção das entidades certificadas que foram submetidas a supervisão extraordinária no ano. A supervisão visa a verificação das condições que ensejam a certificação e ocorre mediante denúncia ou comunicação ao DRSP.	MDS	Limitado/Restrito ao DRSP/MDS.
Resultados						
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	46	Número de entidades certificadas com imunidade tributária	Complementação de campos	Número de entidades com certificação de concessão ou renovação vigente que usufruem da imunidade tributária.	MDS/ RFB	Limitado/ Restrito

Continuação

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	47	Número de entidades sem certificação com imunidade tributária	Exclusão do Indicador: inadequação ou incapacidade de mensuração da métrica			
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	48	Número de trabalhadores formais em entidades certificadas com imunidade tributária	Alteração de nome e complementação dos campos	Quantidade de trabalhadores empregados nas instituições certificadas.	RAIS/ MTE	RAIS: limitado/restrito Interno: limitado/restrito DRSP/MDS
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	49	Taxa de trabalhadores das entidades certificadas e com imunidade tributária por população de inscritos no CadUnico	Alteração de nome e complementação dos campos	Proporção de trabalhadores formais empregados em entidades certificadas para cada grupo de mil cadastrados no CadUnico.	RAIS/ MTE CadUnico	RAIS: limitado/restrito Interno: limitado/restrito DRSP/MDS
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	50	Cobertura operacional das entidades certificadas e com imunidade tributária por macrorregião	Sugestão de exclusão: sobreposição conceitual com o indicador 49			

Continuação

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	51	Participação das vagas das entidades certificadas em relação às vagas SEUS totais	Complementação de campos	Indicador mede a participação das vagas oferecidas por entidades certificadas no total de vagas SUAS disponíveis	Não especificado	Não especificado
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	52	Número de atendimentos realizados pelas entidades certificadas	Complementação de campos.	Indicador mede a quantidade de atendimentos realizados pelas entidades certificadas	Não especificado	Não especificado
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	53	Número de vagas ofertadas pelas entidades certificadas	Complementação de campos.	Número de vagas no SUAS oferecidas por entidades certificadas	Não especificado	Não especificado
Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	54	% da renúncia em relação à receita bruta da entidade certificada, segundo porte da entidade	Complementação de campos.	Indicador mede a dependência da entidade em relação a renúncia fiscal obtida	Fontes internas à SNAS	Limitado/Restrito DRSP/MDS.
Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	55	% da renúncia em relação à despesa da entidade certificada, segundo porte da entidade	Não dispomos de informações suficientes para a sugestão do cálculo deste indicador.			

Continuação

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	56	Renúncia Fiscal Total	Complementação de campos.	Indicador mede a renúncia fiscal total realizada pelo setor público para a isenção e promoção das atividades das entidades certificadas na prestação de serviços de assistência social	DGT	Restrito
Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	57	Valor desagregado da renúncia	Sugestão de exclusão: sobreposição conceitual com o indicador 56			
Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	58	Valor da renúncia por macrorregião	Sugestão de exclusão: sobreposição conceitual com o indicador 56			
Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	59	% da renúncia em relação a despesa liquidada do MDS, exceto benefícios (SIOP função 08)	Sugestão de exclusão: inadequação ou incapacidade de mensuração da métrica			

Continuação

Dimensão	ID	Indicador original / modificado	Alterações Sugeridas	Descrição	Fonte de Dados	Acesso aos Dados
Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	60	% da renúncia em relação aos gastos tributários totais	Não dispomos de informações suficientes para a sugestão do cálculo deste indicador.			
Impactos						
Condições de Desenvolvimento e Proteção Social dos Territórios	61	Nível de proteção social - IVS/ IDH	Complementação de campos.	Índices relacionados aos padrões de desenvolvimento humano nos municípios brasileiros.	Atlas da Vulnerabilidade Social/IPEA: Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). IPEADData: Índice de Desenvolvimento Humano - por Município (IDH-M).	Limitada/restrita

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de relatório preliminar da Avaliação CMAP. * Os indicadores marcados com asterisco são aqueles que não dispunham de viabilidade técnica para a sugestão dos componentes da tabela e, por isso, não foram preenchidas as informações pertinentes no quadro.

Quadro 2: Tabela de indicadores por componente do modelo lógico, dimensão do indicador, identificador, redação do indicador, período de apuração sugerido, polaridade, fórmula de cálculo, interpretação do indicador, facilidade de acesso aos dados e comparabilidades sugeridas.

Dimensão	ID	Indicador Original/ Modificado	Periodicidade de Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador
Insumos							
Estrutura Institucional da Rede CEBAS	1	Número de entidades privadas sem fins lucrativos na área de AS	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	Somatório do número de entidades privadas sem fins lucrativos na área de AS	Este indicador permite analisar a disponibilidade de entidades privadas sem fins lucrativos na área da Assistência Social, que são fundamentais para complementar a rede pública na oferta de serviços socioassistenciais. Uma quantidade maior pode indicar maior capilaridade da política.
Estrutura Institucional da Rede CEBAS	2	Número de entidades privadas sem fins lucrativos na área de AS inscritas no CMAS	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	Somatório das entidades com inscrição no CMAS, declaradas pelos conselhos municipais de assistência social no Censo SUAS.	Valores mais altos sugerem que boa parte da rede está formalizada e visível para o sistema público. Valores baixos indicam que muitas entidades estão atuando fora da rede reconhecida, ou seja, fora do CMAS e/ou do CNEAS, o que pode apontar fragilidade institucional ou ausência de articulação local.
Estrutura Institucional da Rede CEBAS	3	Número de entidades privadas sem fins lucrativos na área de AS inscritas no CMAS e cadastradas no CNEAS	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	Soma do número de entidades com inscrição ativa no CMAS e cadastro válido no CNEAS no ano de referência.	Mede a formalização e visibilidade das entidades no SUAS; valores altos indicam maior articulação e integração à rede.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original/ Modificado	Periodicidade de Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador
Estrutura Institucional da Rede CEBAS	4	Número de entidades inscritas no CMAS per capita CadÚnico por macrorregião	Anual	Quanto maior,	Temporal Geográfico	$\text{Número de entidades inscritas no CMAS} \div \text{Número de pessoas inscritas no CadÚnico (por macrorregião)}$	Mede a relação entre a rede socioassistencial formalizada e a população potencialmente atendida; valores maiores indicam maior cobertura institucional.
Estrutura Institucional da Rede CEBAS	5	Número de entidades cadastradas no CNEAS per capita CadÚnico por macrorregião	Anual	Quanto maior,	Temporal Geográfico	$\text{Número de entidades cadastradas no CNEAS} \div \text{Número de pessoas inscritas no CadÚnico, por macrorregião}$	Razão maior indica maior formalização da rede frente à população potencial usuária; valores baixos sugerem baixa institucionalização da oferta.
Estrutura Institucional da Rede CEBAS	6	Número de entidades inscritas no CMAS (com ou sem CNEAS) por 1.000 pessoas inscritas no CadÚnico, por macrorregião	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	$(\text{Número de entidades inscritas no CMAS por macrorregião} \div \text{Número de pessoas inscritas no CadÚnico na mesma macrorregião}) \times 1.000$	Expressa a densidade institucional da rede socioassistencial local em relação à população vulnerável. Quanto maior o número, maior a cobertura institucional esperada.
Estrutura Institucional da Rede CEBAS	7	Número de entidades cadastradas no CNEAS por macrorregião	Anual	Quanto maior,	Temporal Geográfico	Soma do número de entidades cadastradas no CNEAS por macrorregião	Indica o volume de entidades formalmente integradas à rede socioassistencial. Números maiores refletem maior institucionalização e potencial de oferta de serviços
Capacidade Operacional da Gestão	8	Orçamento do DRSP	Sugestão de exclusão				
Capacidade Operacional da Gestão	9	Número de profissionais técnicos do DRSP	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal	Somatório do número total de profissionais técnicos do DRSP em exercício no período de referência.	Representa a capacidade instalada do DRSP; valores mais altos indicam maior disponibilidade de pessoal técnico, enquanto valores baixos podem revelar limitações operacionais.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original/ Modificado	Periodicidade de Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador
Processos							
Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	10	Produtividade do DRSP – Concessão	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal	$\text{Número de profissionais técnicos do DRSP} \div \text{Número de processos de concessão finalizados}$	Indica a média de processos de concessão finalizados por profissional técnico do DRSP; valores maiores indicam maior produtividade da equipe, mas devem ser interpretados com cautela dado o modelo de trabalho não segmentado.
Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	11	Produtividade do DRSP – Renovação	Anual	Quanto menor, melhor	Temporal	$\text{Número de profissionais técnicos do DRSP} \div \text{Número de processos de renovação finalizados}$	Mede a carga média de trabalho dos profissionais do DRSP na análise de processos de renovação; valores mais altos sugerem menor produtividade.
Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	12	Número de processos de concessão de certificação não finalizados em determinado ano				Sugestão de exclusão	
Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	13	Número de processos de renovação de certificação não finalizados em determinado ano				Sugestão de exclusão	
Tempo de Resposta e Celeridade Processual	14	Tempo médio entre protocolo e primeira análise técnica de processos de certificação do DRSP	Não identificado	Quanto menor, melhor	Não identificado	$\text{Soma dos dias entre protocolo e 1º despacho técnico de processos de certificação} / \text{número total de processos analisados no ano}$	Quanto menor o tempo entre protocolo e primeira análise, maior a agilidade do DRSP no início do fluxo processual; valores altos podem sinalizar gargalos administrativos internos.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original/ Modificado	Periodicidade de Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador
Tempo de Resposta e Celeridade Processual	15	Tempo (dias) médio para finalização de processo de renovação de certificação				Sugestão de exclusão	
Tempo de Resposta e Celeridade Processual	16	Tempo médio entre decisão de concessão e envio da portaria para publicação	Não identificado	Quanto menor, melhor	Não identificado	$\frac{\text{Soma dos dias entre decisão de concessão e envio da portaria para o DOU}}{\text{Número total de certificações concedidas no período}}$	Um valor alto pode indicar lentidão no trâmite interno após a decisão final, prejudicando a celeridade do processo. Um valor baixo reflete maior eficiência administrativa do DRSP no encerramento do fluxo de concessão.
Tempo de Resposta e Celeridade Processual	17	Tempo (dias) para comunicação da concessão da certificação à RFB				Sugestão de exclusão	
Tempo de Resposta e Celeridade Processual	18	Tempo (dias) para concessão da imunidade tributária após protocolo do requerimento				Sugestão de exclusão	
Gestão de Demandas Recursais e Decisões Críticas	19	Tempo (dias) para decisão de recurso de processos de concessão de certificação	Anual	Quanto menor, melhor	Não identificado	$\frac{\text{(Soma dos dias corridos entre o fim do prazo recursal e a data de decisão final de cada processo com recurso)}}{\text{(número total de processos com recurso decididos no ano)}}$	O indicador permite avaliar a agilidade da administração pública na resposta a recursos administrativos no âmbito da certificação. Um tempo médio menor pode sugerir maior capacidade institucional e menor passivo decisório. No entanto, é necessário garantir a precisão na definição dos marcos de início e fim da contagem para assegurar a confiabilidade do dado.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original/ Modificado	Periodicidade de Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador
Gestão de Demandas Recursais e Decisões Críticas	20	Tempo (dias) para decisão de recurso de processos de renovação da certificação				Sugestão de exclusão	
Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	21	Número de processos de concessão de certificação não finalizados em determinado ano				Sugestão de exclusão	
Eficiência Operacional dos Processos de Certificação	22	Número de processos de renovação de certificação não finalizados em determinado ano				Sugestão de exclusão	
Produtos							
Cobertura e Alcance da Certificação	23	Número de entidades certificadas (CEBAS)	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	Número total de OSCs certificadas com CEBAS na Assistência Social no ano-base	Representa o alcance do processo de certificação pública das entidades que atuam na área da Assistência Social. Uma maior quantidade pode indicar maior aderência à política pública, regularidade documental e cumprimento dos critérios legais estabelecidos.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original/ Modificado	Periodicidade de Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador
Cobertura e Alcance da Certificação	24	% de entidades inscritas no CNEAS certificadas	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	$\frac{\text{Número de entidades certificadas}}{\text{Número de entidades inscritas no CNEAS}} \times 100$	Este indicador mostra o grau de aderência das entidades inscritas no CNEAS à política de certificação CEBAS. Uma maior proporção pode refletir maior regularidade institucional e busca por reconhecimento público junto ao MDS.
Cobertura e Alcance da Certificação	25	% de entidades inscritas no CNEAS certificadas, por região				Sugestão de exclusão	
Cobertura e Alcance da Certificação	26	Distribuição das entidades inscritas no CNEAS certificadas	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	Numerador: número de entidades com CEBAS em uma região específica Denominador: total nacional de entidades com CEBAS	Mostra a concentração territorial das certificações em termos absolutos e comparativos. Percentuais mais altos podem indicar maior adesão ao processo de certificação e melhor articulação institucional em determinados territórios. Valores mais baixos sugerem necessidade de investigação sobre barreiras locais de acesso à certificação.
Produção Administrativa da Certificação	27	Número total de processos protocolados	Anual	Não se aplica	Temporal Geográfico	Soma dos processos protocolados no sistema no ano de referência	O indicador reflete o volume de demandas recebidas pela área responsável pela certificação, auxiliando no dimensionamento da carga de trabalho e planejamento de recursos.
Produção Administrativa da Certificação	28	Número de processos de requerimento de certificação protocolados	Anual	Não se aplica	Temporal Geográfico	Soma dos requerimentos de certificação protocolados no ano de referência	O indicador revela o volume de entrada de novos processos na área de certificação, refletindo o interesse das organizações pela certificação e o potencial aumento da carga de trabalho para a equipe técnica.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original/ Modificado	Periodicidade de Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador
Produção Administrativa da Certificação	29	Número de processos de requerimento de certificação indeferidos	Anual	Quanto menor, melhor	Temporal Geográfico	Soma de processos de requerimento de certificação indeferidos no ano	O indicador expressa a proporção de requerimentos que não atenderam aos critérios técnicos exigidos para a certificação. Níveis elevados podem indicar inconsistência na documentação apresentada ou falhas no processo de orientação às entidades, sendo útil para diagnóstico e melhoria do processo de instrução dos pedidos.
Produção Administrativa da Certificação	30	% de processos requerimentos de certificação indeferidos	Anual	Quanto menor, melhor	Temporal Geográfico	Número de processos de requerimentos de certificação indeferidos/ Número de processos de requerimentos de certificação protocolados x 100	Mede a efetividade da apresentação dos pedidos de certificação. Percentuais elevados podem indicar falhas na instrução dos processos por parte das entidades requerentes, baixa qualidade documental ou falta de alinhamento com os critérios normativos. Útil para orientar ações de qualificação e orientação técnica.
Produção Administrativa da Certificação	31	Número de processos de requerimento de renovação de certificação protocolados	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	Somatório do número de processos de renovação da certificação de entidades recebidos pela DRSP ao longo do tempo.	Engajamento das entidades com a política pública. Um número maior de processos indica maior engajamento, interesse e participação das entidades.
Produção Administrativa da Certificação	32	Número de processos de requerimento de renovação de certificação concluídos	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	Somatório do número de processos de renovação da certificação de entidades concluídos pela DRSP no ano.	Capacidade de processamento e conclusão de demandas de renovação do CEBAS Assistência Social por parte do órgão responsável (atualmente, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social). Quanto maior o número de processos concluídos, melhor.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original/ Modificado	Periodicidade de Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador
Produção Administrativa da Certificação	33	% de processos de requerimento de renovação de certificação concluídos	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	$\left(\frac{\text{((Número de processos de requerimento de renovação de certificação concluídos nos últimos quatro anos anteriores ao ano atual))}}{\text{(Número de processos de requerimento de renovação de certificação protocolados nos últimos quatro anos anteriores ao ano atual))}} \times 100 \right)$	Desempenho do órgão público (MDS) em analisar e concluir os processos de renovação do CEBAS Assistência Social no período observado. Quanto maior o valor do indicador, melhor. Os valores alcançados pelo indicador devem ponderar a duração das análises e a necessidade de resposta de órgãos externos à DRSP/MDS.
Produção Administrativa da Certificação	34	Número de processos de requerimento renovação de certificação indeferidos	Anual	Quanto menor, melhor	Temporal Geográfico	Somatório do número de processos de renovação de certificação indeferidos no ano.	Quantidade de processos de renovação que não atenderam aos critérios exigidos pela legislação e foram formalmente indeferidos. Quanto maior o valor, pior. Indica que mais entidades tiveram seus pedidos de renovação rejeitados, o que pode apontar falhas no cumprimento de requisitos legais, problemas de gestão nas entidades ou rigor excessivo na análise.
Produção Administrativa da Certificação	35	% de processos de requerimento renovação de certificação indeferidos	Anual	Quanto menor, melhor	Temporal Geográfico	$\left(\frac{\text{((Número de processos de requerimento de renovação de certificação indeferidos nos últimos quatro anos anteriores ao ano atual))}}{\text{(Número de processos de requerimento de renovação de certificação protocolados nos últimos quatro anos anteriores ao ano atual))}} \times 100 \right)$	Eficácia das entidades em atender aos critérios legais e formais para manter sua certificação junto ao CEBAS e, ao mesmo tempo, o nível de seletividade ou dificuldade do processo de renovação. Indica que a parcela de entidades que não conseguiu renovar sua certificação, o que pode representar falhas de conformidade das entidades, barreiras administrativas ou legais, ou exigências mal compreendidas.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original/ Modificado	Periodicidade de Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	36	Número de entidades certificadas apoiadas	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	Somatório do número de entidades certificadas que receberam apoio no último ano	Indica que o total das entidades certificadas estão sendo acompanhadas, fortalecidas e orientadas, o que tende a melhorar a qualidade da assistência social prestada.
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	37	% das entidades certificadas apoiadas	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	$(N^{\circ} \text{ de entidades certificadas apoiadas} / N^{\circ} \text{ de entidades certificadas}) \times 100$	Abrangência do suporte oferecido pelo poder público ou por instâncias de apoio às entidades já certificadas, garantindo sua continuidade, regularidade e qualificação técnica. Um valor mais alto indica maior alcance do apoio prestado pelo órgão central, promovendo fortalecimento institucional das entidades.
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	38	Número de processos de requerimento de certificação submetidos a recurso	Anual	Não se aplica	Temporal Geográfico	Número de processos indeferidos de certificação que foram objeto de recurso no último ano.	O recurso é direito assegurado das entidades que pleiteiam o CEBAS. O indeferimento pode ser causado por inconsistências documentais e outras irregularidades na solicitação ou inadequação da entidade ao propósito da certificação. Portanto, um número maior ou menor representa apenas procedimentos técnicos adicionais exigidos da equipe gestora da política.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original/ Modificado	Periodicidade de Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	39	Proporção de requerimentos de certificação indeferidos submetidos a recursos	Anual	Não se aplica	Temporal Geográfico	$\left(\frac{\text{Número de processos de requerimento de certificação submetidos a recurso no último ano}}{\text{Número de processos de requerimento de certificação indeferidos no último ano}} \right) \times 100$	O recurso é direito assegurado das entidades que pleiteiam o CEBAS. O indeferimento pode ser causado por inconsistências documentais e outras irregularidades na solicitação ou inadequação da entidade ao propósito da certificação. Portanto, um número maior ou menor representa apenas procedimentos técnicos adicionais exigidos da equipe gestora da política.
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	40	Número de requerimentos de renovação da certificação indeferidos submetidos a recursos	Anual	Não se aplica	Temporal Geográfico	Número de processos indeferidos de renovação da certificação que foram objeto de recurso no último ano.	O recurso é direito assegurado das entidades que pleiteiam o CEBAS. O indeferimento pode ser causado por inconsistências documentais e outras irregularidades na solicitação ou inadequação da entidade ao propósito da certificação. Portanto, um número maior ou menor representa apenas procedimentos técnicos adicionais exigidos da equipe gestora da política.
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	41	Proporção de requerimentos de renovação da certificação indeferidos submetidos a recursos	Anual	Não se aplica	Temporal Geográfico	$\left(\frac{\text{Número de processos de requerimento de renovação da certificação submetidos a recurso no último ano}}{\text{Número de processos de requerimento de certificação indeferidos no último ano}} \right) \times 100$	O recurso é direito assegurado das entidades que pleiteiam o CEBAS. O indeferimento pode ser causado por inconsistências documentais e outras irregularidades na solicitação ou inadequação da entidade ao propósito da certificação. Portanto, um número maior ou menor representa apenas procedimentos técnicos adicionais exigidos da equipe gestora da política.
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	42	Número de entidades certificadas submetidas à supervisão ordinária	Anual	Não se aplica	Temporal Geográfico	Somatório das entidades certificadas que foram objeto de supervisão ordinária no ano.	O planejamento das supervisões ordinárias permite que a área programe a realização dos procedimentos e qualificação das entidades certificadas.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original/ Modificado	Periodicidade de Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	43	% de entidades certificadas submetidas à supervisão ordinária	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	Número de entidades certificadas submetidas à supervisão ordinária/ Número total de entidades certificadas	Um maior número de entidades certificadas acompanhadas pode significar melhor qualidade dos serviços prestados e adequação das estruturas.
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	44	Número de entidades certificadas submetidas à supervisão extraordinária	Anual	Quanto menor, melhor	Temporal Geográfico	Somatório das entidades certificadas que foram objeto de supervisão extraordinária no ano.	Um maior número de entidades certificadas submetidas a supervisões extraordinárias pode significar pior qualidade do serviço prestado e irregularidades no processo de certificação.
Gestão de Recursos Administrativos e Supervisão	45	% de entidades certificadas submetidas à supervisão extraordinária	Anual	Quanto menor, melhor	Temporal Geográfico	(Número de entidades certificadas submetidas à supervisão extraordinária/ Número total de entidades certificadas) x 100	Um maior número de entidades certificadas submetidas a supervisões extraordinárias pode significar pior qualidade do serviço prestado e irregularidades no processo de certificação.
Resultados							
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	46	Número de entidades certificadas com imunidade tributária	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	Somatório das entidades certificadas com usufruto de imunidade tributária no ano de exercício.	Quanto maior o número de entidades certificadas que alcançaram a imunidade tributária, melhor o desempenho da política em garantir o benefício que se propõe.
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	47	Número de entidades sem certificação com imunidade tributária	Sugestão de exclusão				

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original/ Modificado	Periodicidade de Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	48	Número de trabalhadores formais em entidades certificadas com imunidade tributária	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	Número de trabalhadores das entidades certificadas com imunidade tributária	Quanto maior o indicador, maior o quantitativo de trabalhadores formais atuando para prestação dos serviços de assistência social da entidade certificada.
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	49	Taxa de trabalhadores das entidades certificadas e com imunidade tributária por população de inscritos no CadÚnico	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	Número de trabalhadores das entidades certificadas e com imunidade tributária/ número de pessoas inscritas no CadÚnico	Maior valor indica que a entidade beneficiada possui maior capacidade de atendimento de atendimento por profissional ocupado. Valor pode subdimensionar a capacidade de atendimento considerando que nem todas as pessoas atendidas podem estar presentes no CadÚnico e nem todos os trabalhadores atuam em atendimento ao público.
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	50	Cobertura operacional das entidades certificadas e com imunidade tributária por macrorregião	Sugestão de exclusão				
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	51	Participação das vagas das entidades certificadas em relação às vagas SUAS totais	Anual	Não se aplica	Temporal Geográfico	Número de vagas oferecidas pelas entidades certificadas / número de vagas SUAS totais x 100	Maior valor indica que as maiores ofertas por entidades certificadas em relação ao total de vagas disponibilizadas no sistema
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	52	Número de atendimentos realizados pelas entidades certificadas	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	Contagem da quantidade de atendimentos realizados pela entidade certificada.	Quanto maior o indicador, maior a quantidade de atendimentos realizados relacionados aos serviços de assistência social da entidade certificada.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original/ Modificado	Periodicidade de Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador
Capacidade Operacional e Ofertas das Entidades Certificadas	53	Número de vagas ofertadas pelas entidades certificadas	Anual	Quanto maior, melhor	Temporal Geográfico	Contagem da quantidade de vagas ofertadas pela entidade certificada.	Quanto maior o indicador, maior a quantidade de vagas ofertadas pela entidade certificada.
Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	54	% da renúncia em relação à receita bruta da entidade certificada, segundo porte da entidade	Anual	Não se aplica	Temporal Geográfico	Valor da renúncia / receita bruta da entidade x 100	Quanto maior o indicador, maior a dependência da renúncia fiscal para operação da entidade certificada.
Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	55	% da renúncia em relação à despesa da entidade certificada, segundo porte da entidade	Não dispomos de informações suficientes para a sugestão do cálculo deste indicador.				
Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	56	Renúncia Fiscal Total	Anual	Não se aplica	Temporal Geográfico	Soma do valor total da renúncia fiscal	Quanto maior o indicador, maior o montante de receita tributária renunciada pelo setor público
Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	57	Valor desagregado da renúncia	Sugestão de exclusão				

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original/ Modificado	Periodicidade de Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador
Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	58	Valor da renúncia por macrorregião				Sugestão de exclusão	
Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	59	% da renúncia em relação a despesas a liquidada do MDS, exceto benefícios (SIOP função 08)				Sugestão de exclusão	
Resultados Econômico-Fiscais da Política de Certificação	60	% da renúncia em relação aos gastos tributários totais	Não especificada	-	Temporal	Não dispomos de informações suficientes para a sugestão do cálculo deste indicador.	
Impactos							
Condições de Desenvolvimento e Proteção Social dos Territórios	61	Nível de proteção social - IVS/ IDH	anual	IVS: Quanto menor, melhor	Temporal e Geográfica	Cálculos disponibilizados pela instituição	IVS: exposição da população à exclusão social, pobreza, precariedade urbana, baixa escolaridade e dificuldades no mercado de trabalho. IDH: nível de desenvolvimento humano de um município, com base em educação, renda e longevidade.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de relatório preliminar da Avaliação CMAP. * Os indicadores marcados com asterisco são aqueles que não dispunham de viabilidade técnica para a sugestão dos componentes da tabela e, por isso, não foram preenchidas as informações pertinentes no quadro.



EVEX

enap